

**Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)**



Atena
Editora
Ano 2021

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



EDUCAÇÃO:

SOCIEDADE CIVIL, ESTADO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abraão Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: sociedade civil, estado e políticas educacionais

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: sociedade civil, estado e políticas educacionais /
Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-781-9
DOI 10.22533/at.ed.819210102

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da
(Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a repensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. Mesmo em 2021 e com a recente aprovação do uso emergencial das vacinas no Brasil, seguimos um distanciamento permeado por angústias e incertezas: como será o mundo a partir de agora? Quais as implicações do contexto pandêmico para as questões sociais, sobretudo para a Educação no Brasil? Que políticas públicas são e serão pensadas a partir de agora em nosso país?

E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro. Sabemos, partindo do que nos apresentaram Silva, Nery e Nogueira (2020, p. 100), que as circunstâncias do contexto pandêmico são propícias e oportunas para construção de reflexões sobre os diversos “aspectos relativos à fragilidade humana e ao seu processo de ser e estar no mundo, que perpassam por questões culturais, educacionais, históricas, ideológicas e políticas”. Essa pandemia, ainda segundo os autores, fez emergir uma infinidade de problemas sociais, necessitando assim, de constantes lutas pelo cumprimento dos direitos de todos.

Esse movimento sistemático de olhar para as diversas problemáticas postas na contemporaneidade, faz desencadear o que o que Santos (2020, p. 10) chamou de “[...] claridade pandêmica”, que é quando um aspecto da crise faz emergir outros problemas, como os relacionados à sociedade civil, ao Estado e as políticas públicas, por exemplo. É esse, ainda segundo o autor, um momento catalisador de mudanças sociais. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade, portanto, é um desafio, aceito por muitas professoras e professores pesquisadores brasileiros, como os compõe esse livro.

Destarte, as discussões empreendidas nesta obra, “**Educação: Sociedade Civil, Estado e Políticas Educacionais**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re)pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Reúne-se aqui, portanto, um conjunto de textos originados de autores e autoras de diferentes estados brasileiros e países.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestras, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem

os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

REFERÊNCIAS

SILVA, A. J. N. DA; NERY, ÉRICA S. S.; NOGUEIRA, C. A. Formação, tecnologia e inclusão: o professor que ensina matemática no “novo normal”. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 5, n. 2, p. 97-118, 18 ago. 2020.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

SOCIOEDUCAÇÃO E DIÁLOGOS ESTABELECIDOS PELO ECA E SINASE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Kátia Aparecida da Silva Nunes Miranda

Clóris Violeta Alves Lopes

Juliano Cláudio Alves

DOI 10.22533/at.ed.8192101021

CAPÍTULO 2..... 16

O OBSERVATÓRIO COMO FERRAMENTA PARA A PESQUISA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS SOBRE OS INDICADORES EDUCACIONAIS

Deuzimar Costa Serra

Ilka Márcia Ribeiro de Souza Serra

Francisco Romário Cunha de Araújo

Luciana de Castro Sousa

DOI 10.22533/at.ed.8192101022

CAPÍTULO 3..... 23

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) E INCLUSÃO NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA ESCOLA REGULAR: PROBLEMAS E POSSIBILIDADES

Aurea Cintra de Azevedo Marra

Lucianne Oliveira Monteiro Andrade

DOI 10.22533/at.ed.8192101023

CAPÍTULO 4..... 35

A EVOLUÇÃO DAS MÍDIAS DIGITAIS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS: CONTRIBUIÇÃO PARA O ATUAL CENÁRIO EDUCACIONAL

Juliana Maria da Silva Melo

Lucilene Angélica da Silva Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.8192101024

CAPÍTULO 5..... 45

A CONTRIBUIÇÃO DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NO ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Dara Ribeiro Ramos

Luana Frigulha Guisso

DOI 10.22533/at.ed.8192101025

CAPÍTULO 6..... 58

OS LIVROS DIDÁTICOS DE ENSINO FUNDAMENTAL E A PRESENÇA INDÍGENA EM PRESIDENTE KENNEDY/ES

Naiara Henrique Lima Faro

Sebastião Pimentel Franco

DOI 10.22533/at.ed.8192101026

CAPÍTULO 7	71
A ACESSIBILIDADE DAS ESCOLAS BRASILEIRAS PARA ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN	
Ronneo Lucio Silva Rodrigues	
Alanna Cris Silva Rodrigues	
Evan Pereira Barreto	
Mônica Cristina de Orequio	
Marcella de Oréquio Fernandes Machado	
Angerica Maurício de Souza Gomes	
Josinete Braga Borges Lordes	
Ana Lidia Moreira Mendes dos Santos	
Evilásio Mussy Caetano Junior	
Adelma Benevides de Lima	
Caroline Fardin Araujo	
Adrielle Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.8192101027	
CAPÍTULO 8	81
O ENSINO DA PROTEÇÃO DOS BENS CULTURAIS	
Adelcio Machado dos Santos	
Rubens Luís Freiberger	
Daniel Tenconi	
Danielle Martins Leffer	
Alisson André Escher	
DOI 10.22533/at.ed.8192101028	
CAPÍTULO 9	91
A FORMAÇÃO DOCENTE PARA AVALIAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	
Gilcéia Leite dos Santos Fontenele	
DOI 10.22533/at.ed.8192101029	
CAPÍTULO 10	99
SOMOS MAIS UM TIJOLO NO MURO: UMA ANÁLISE DA MÚSICA ‘ANOTHER BRICK IN THE WALL’ DA BANDA PINK FLOYD	
Karina Franco	
Priscilla Christina Franco	
Ana Luiza Carvalho Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.81921010210	
CAPÍTULO 11	108
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA	
Tereza Freitas da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.81921010211	
CAPÍTULO 12	114
A FOTOGRAFIA NA ESCOLA COMO DIDÁTICA: AMPLIANDO OLHARES SOBRE	

PAISAGENS E CENAS COTIDIANAS

Graciela Brandão da Silva

DOI 10.22533/at.ed.81921010212

CAPÍTULO 13..... 124

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO FERRAMENTA DE RELEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL PARA ALUNOS DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Marilene da Silva Reis Barreto

Jocitiel Dias da Silva

DOI 10.22533/at.ed.81921010213

CAPÍTULO 14..... 135

EDUCAÇÃO SEXUAL NA PRÁTICA PEDAGÓGICA – A SEXUALIDADE NA ESCOLA

Poliana dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.81921010214

CAPÍTULO 15..... 148

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO POSTURAL EM ALUNOS DE UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY- ES

Marceline Ferreira Rocha Passabão

José Roberto Gonçalves de Abreu

DOI 10.22533/at.ed.81921010215

CAPÍTULO 16..... 160

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

Maria Denize Rocha Silva

Caroline Gomes Macêdo

DOI 10.22533/at.ed.81921010216

CAPÍTULO 17..... 168

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM CAMPO POLÍTICO EM ABERTO

Elinete Pereira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.81921010217

CAPÍTULO 18..... 185

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS TRANSFORMADORAS - “ EM UMA PERSPECTIVA SÓCIO HISTÓRICO CULTURAL”

Francielle Goulart Pereira

DOI 10.22533/at.ed.81921010218

CAPÍTULO 19..... 196

RELAÇÃO ENTRE AS HABILIDADES DIGITAIS DOS PROFESSORES E A INTEGRAÇÃO DAS TIC NO ENSINO DO INGLÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA

Juan José Quintana Muñoz

DOI 10.22533/at.ed.81921010219

CAPÍTULO 20.....	209
A AVALIAÇÃO FORMATIVA COMO COROLÁRIO DO DIREITO FUNDAMENTAL DE EDUCAR	
José Carlos Silva	
Andrea Wild	
Cibele Mara Dugaich	
Elisete Gomes Natário	
DOI 10.22533/at.ed.81921010220	
CAPÍTULO 21.....	222
A ATUAÇÃO DO PROFESSOR ESPECIALISTA COMO TUTOR DE PEQUENOS GRUPOS INTERFERE NO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES?	
Maria Flávia Pereira da Silva	
Maria Elizabeth da Silva Hernandes Corrêa	
Claudia Maria Waib Castello Branco	
Denize Maria Galice Rodrigues	
Marcelo Rodrigues	
Walter Roberto Schiller	
Marcelo Dib Bechara	
DOI 10.22533/at.ed.81921010221	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	232
ÍNDICE REMISSIVO.....	233

CAPÍTULO 1

SOCIOEDUCAÇÃO E DIÁLOGOS ESTABELECIDOS PELO ECA E SINASE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Data de aceite: 01/02/2021

Kátia Aparecida da Silva Nunes Miranda

Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT)
Cuiabá/MT

Pós-doutoranda do Programa Pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem (Nepel) e integrante do Núcleo de Investigação e Práticas em educação nos espaços de restrição e privação de liberdade (EduCárceres/UFSCar)
<http://lattes.cnpq.br/8083327399295978>
<https://orcid.org/0000-0002-2103-4889>

Clóris Violeta Alves Lopes

Professora efetiva da Universidade Federal Delta do Parnaíba- UFDPA
Parnaíba/PI

Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos UFSCar

Integrante do Núcleo de Investigação e Práticas em educação nos espaços de restrição e privação de liberdade (EduCárceres/UFSCar)
<http://lattes.cnpq.br/9309501177361990>
<https://orcid.org/0000-0002-2372-1033>

Juliano Cláudio Alves

Servidor efetivo do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso Cáceres/MT

Analista Técnico de nível superior, do Centro Socioeducativo de Internação do Adolescente em Conflito com a Lei de Cáceres-MT

Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso, UNEMAT, polo Cáceres-MT
<http://lattes.cnpq.br/2653148694854308>
<https://orcid.org/0000-0002-9724-9528>

RESUMO: Este artigo trata-se de um recorte da pesquisa de doutorado que analisou a situação dos jovens em situação de privação de liberdade, buscando compreender a dialogicidade a partir das práticas socioeducativas relacionando com contexto de pandemia, sob a ótica dos enunciados dos jovens acerca dos diálogos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Com aporte teórico em Costa, Freire e Onofre, utilizando ferramentas da pesquisa-ação, procurou-se correlacionar teoria e prática tomando por base um Centro de Atendimento Socioeducativo de Cuiabá–MT, que revelou a necessidade de aprimorar o entrelaçamento da teoria, normatizações, sentido e significado representados pelos jovens no CASE/Cuiabá-MT e a prática sociopedagógica voltada para a reinserção do jovem na sociedade, uma vez que ainda se mostram como o melhor caminho para a sua emancipação e transformação social.

PALAVRAS-CHAVE: Jovens em restrição e privação de liberdade; Socioeducação; Diálogo.

SOCIO-EDUCATION AND DIALOGUES ESTABLISHED BY ECA AND SYNASE IN PANDEMIC TIMES

ABSTRACT: This article is an excerpt from the doctoral research that analyzed the situation of young people in a situation of deprivation of freedom, seeking to understand the dialogicity from the socio-educational practices relating to the context of the pandemic, from the perspective of the statements of the young people dialogues established by the Statute of the Child and Adolescent - ECA and the National Social

and Educational Service System - SINASE. With theoretical support in Costa, Freire and Onofre, using action research tools, we tried to correlate theory and practice based on a Socio-Educational Service Center in Cuiabá – MT, which revealed the need to improve the intertwining of theory, standards, sense and meaning represented by young people in CASE / Cuiabá-MT and the socio-pedagogical practice aimed at the reinsertion of young people in society, since they still show themselves as the best way for their emancipation and social transformation.

KEYWORDS: Youth in restriction and deprivation of liberty; Socio-education; Dialogue.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com a Lei n.º 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA) e a ratificação do Brasil como signatário da Convenção sobre os Direitos da Criança no mesmo ano, emergem dispositivos legais que garantem ao público infante-juvenil, enquanto sujeitos de direito, a proteção integral, de forma que os seus interesses passam a ter prevalência sobre qualquer outro. Destaca-se a sua premissa em promover mudanças conceituais e trazer inovações para a construção de políticas públicas e sociais voltadas para a criança e o jovem, com reflexos, inclusive, para a questão infracional, responsabilizando o jovem que cometeu algum tipo de infração, o qual passará a responder sob a forma de medidas socioeducativas.

Tal prática ganhou reforço com a Lei n.º 12.594/2012 (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo — SINASE), que dispôs sobre a advertência, obrigação de reparar danos, prestação de serviços, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade ou a internação em estabelecimento educacional a serem aplicadas ao jovem infrator.

No entanto, tais medidas, para além da sanção, devem contar com práticas de natureza sociopedagógica (social, pedagógica/educativa), que possibilitem ao jovem a oportunidade de construir novos valores e perspectivas de vida.

Com o ECA, além de ser apresentada uma nova concepção da infância e da adolescência, resgatando-se direitos e garantias constitucionais, estabelecem-se medidas socioeducativas a serem aplicadas, o que permite uma reorientação na atenção aos jovens. Assim, quando um jovem passa a ser atendido, ao mesmo tempo em que se aplica o algum tipo de sanção, ofertase, mediante a socioeducação, a garantia de suas necessidades e direitos.

Portanto, abordar acerca das fragilidades enfrentadas nas políticas públicas destinadas a socioeducação, questionar a eficácia de seu cumprimento, problematizar a obrigação de estarem orientadas pelos princípios educacionais, pedagógicos, sociais e humanos são meios de não naturalizar a cultura de encarceramento juvenil que pode estar se tornando uma auspiciosa máquina para o aprofundamento das violências na vida dos jovens.

No entanto, no contexto atual, com a pandemia causada pelo coronavírus (covid-19) que afeta o mundo todo, as instituições e a sociedade, de modo geral, têm se confrontado

com uma nova conjuntura, merecendo um destaque especial o campo socioeducativo. Isso porque verifica-se uma grande dificuldade em trabalhar pedagogicamente com os jovens inseridos nesse meio, fazendo-se necessário remodelar urgentemente a forma de convivência social e institucional para que ocorra uma adequação das práticas a serem desenvolvidas nos espaços de socioeducação, pautadas no repensar e ressignificar o direito à vida aos casos concretos que o plano fático nos traz.

Nesse cenário, propomos refletir criticamente, com este artigo, acerca do ECA e SINASE a partir dos enunciados dos jovens em situação de liberdade relacionando as políticas públicas destinadas à socioeducação nesse período pandêmico, mostrando, ainda, quais são as medidas que estão sendo tomadas pelos governos federal e estadual para mitigar o problema socioeducativo. Para tanto, utilizamos o aporte teórico de Costa (2001, 2004), Freire (2005, 2007) e Onofre (2013, 2015), utilizando ferramenta metodológica da pesquisa-ação, procurou-se correlacionar teoria e prática tomando por base um Centro Socioeducativo de Cuiabá–MT, visando aprofundar a investigação sobre o tema e possibilitando a estruturação do embasamento teórico utilizado.

O trabalho está dividido em 4 partes. Na primeira, discutimos sobre a socioeducação, diálogos e educação nos espaços de privação de liberdade, privilegiando as concepções de Antônio Costa, Paulo Freire e Elenice Onofre. Na sequência, apresenta-se uma reflexão sobre a socioeducação existente no Brasil e em Mato Grosso. Em seguida, os caminhos metodológicos, amparados na pesquisa-ação. Arrematamos com os enunciados dos jovens acerca dos diálogos estabelecidos pelo ECA e SINASE, bem como a respeito dos possíveis caminhos em tempos de pandemia afim de delinear uma reflexão crítica em relação as políticas públicas inerentes à socioeducação.

2 | DIALOGANDO COM A SOCIOEDUCAÇÃO

Os pressupostos teóricos que sustentaram este estudo estão ancorados na concepção da educação que se pretende formadora de um sujeito autônomo. Nessa perspectiva, as contribuições dos autores como Costa (2001, 2004), Freire (2005, 2007) e Onofre (2013, 2015) possibilitam análises que se entrelaçam na inter-relação dialética entre mundo, ser humano, educação cidadã e socioeducação

De acordo com (COSTA, 2004) qualquer que seja o tipo de educação, ela é, por natureza, proeminentemente social. O conceito de socioeducação privilegia, por assim dizer, o aprendizado para o convívio social e exercício da cidadania, fazendo-se necessário, pois, que as políticas públicas sociais estejam constantemente voltadas para a prática e desenvolvimento de ações que visem à materialização de propostas que impliquem em uma nova forma de o indivíduo relacionar-se consigo e com o mundo.

Nessa direção, apoiados em Costa (2004), compreende-se a socioeducação trazida pelo legislador na edição do ECA como uma forma de privilegiar o aprendizado

do jovem para o convívio social e exercício da cidadania, de forma que as ações a serem empreendidas pelos órgãos responsáveis devem fundar-se na concepção do indivíduo, em sua relação consigo e com o mundo.

Concebe-se, pois, a socioeducação como o educar para o coletivo, no coletivo e com o coletivo (COSTA, 2004), o que reforça a natureza sociopedagógica existente nos preceitos do ECA, da adoção de um projeto social compartilhado, voltado ao desenvolvimento e fortalecimento da identidade pessoal, cultural e social do jovem.

Para Costa (2004), a socioeducação divide-se em duas grandes modalidades: uma, de caráter protetivo, voltada para as crianças, jovens e adultos em circunstâncias especialmente difíceis, em razão da ameaça ou violação de seus direitos por ação ou omissão da família, da sociedade, do Estado ou, até mesmo, da sua própria conduta, que os leva a se envolverem em situações que implicam risco pessoal e social; e outra, especificamente voltada para o trabalho social e educativo, destinada aos jovens em cumprimento de medida socioeducativa.

A socioeducação está alicerçada no pressuposto da formação integral do ser humano, contemplando todas as dimensões do ser. Essa educação, para além da formação escolar e profissional, está profundamente ligada a uma nova forma de pensar e dialogar com o jovem. Trata-se de um movimento emancipador do sujeito que, para Costa (2004), está articulado com um projeto de socioeducação que deve ser aliado à educação geral e profissional. No entanto, para que isso ocorra, as ações educativas devem exercer uma influência edificante sobre a vida do jovem, criando condições para que ele cumpra tarefas bem peculiares dessa fase da vida.

A partir de Freire (2007), entende-se a socioeducação pelo diálogo estabelecido entre educador e educando, fundamental para a problematização das situações reais vividas pelo jovem, que o leva a perceber o problema originário e a buscar por mudanças. Para tanto, essa relação dialógica deve oportunizar a educação como prática de humanização, independentemente do espaço em que o jovem se encontre.

Freire (2005) refere-se à importância da dialogicidade, posto que, de acordo com o autor, o diálogo entre educador e educando deve ser considerado como elemento fundamental para a problematização de situações reais vividas pelo aluno. No entendimento de Freire (2005), problematizar consiste em abordar questões que emergem de situações que fazem parte da vivência dos educandos; é desencadear uma análise crítica sobre a 'realidade problema', para que o educando perceba a questão e reconheça a necessidade de mudanças.

Conforme com Freire (2005), o diálogo é a forma mais segura para a educação e libertação de todos os homens e mulheres, opressores e oprimidos, apontando que será, a partir da arte do diálogo e da contraposição de opiniões, que se alcança novas ideias. Em sua teoria, fica claro que o diálogo consiste em uma relação horizontal entre as pessoas envolvidas em uma relação.

Assim, com o propósito de vencer a situação de desumanização dos indivíduos, torna-se fundamental o processo de educação deles de tal maneira que possam tomar consciência de sua condição de seres desumanizados e buscarem alcançar sua humanização. Sob esse viés, apresenta-se o processo de conscientização e diálogo por meio do qual os seres humanos poderão tornar-se sujeitos no processo educativo, tal como na construção de sua humanidade.

Onofre (2015), também aponta para a necessidade de encontrar meios que auxiliem a desenvolver atividades para os jovens em restrição e privação de liberdade, observando que, enquanto trabalha-se o princípio fundamental da educação por essência transformadora e libertadora, estabelece-se a cultura de privação de liberdade, levando à adaptação a privação de liberdade.

Para Onofre (2013) as políticas de inclusão em espaços de privação de liberdade, provoca algumas inquietações, uma delas é de promover a problematização de questões de invisíveis no paradigma da segurança, característico desse espaço. Nesse sentido, o que se propõe é ver a educação no espaço de privação de liberdade pela perspectiva dos direitos humanos, porque ela constitui um valor em si mesma, um conjunto de ferramentas e de capacidades que ampliam as possibilidades de implementação de projetos que contribuam para a inclusão social, cultural e econômica das pessoas aprisionadas (ONOFRE, 2013, p.52)

Segundo Onofre (2013), o Estado tem a competência e responsabilidade de promover práticas de fortalecimento e controle de políticas públicas no sentido de que os direitos humanos básicos sejam garantidos, com igualdade para todos os indivíduos, incluindo-se aqueles que se encontram em privação de liberdade (p.52).

Nesse sentido, Onofre (2015) aponta que tais políticas devem estar evidenciadas no cotidiano dos espaços de privação de liberdade, fazendo-se dessas instituições espaços educativos, tendo a educação o alicerce desse processo. Para tanto, pensar o universo da educação significa ir além da educação escolar, somando-se a ela as experiências educativas que ocorrem no cotidiano das pessoas, através do relacionamento com outras pessoas e com o seu ambiente (ONOFRE, 2013).

Nessa perspectiva, alinhando-se com a concepção de Costa, Freire e Elenice, os autores sugerem o engajamento em ações práticas para que, de fato, haja transformação social, indicando possibilidades de aplicação dessa mudança na socioeducação, edificadas com base no desvelamento dos problemas sociais e originadas das práticas sociais, com objetivo de buscar solução e superação.

3 | SOCIEDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: CENÁRIO BRASIL E MATO-GROSSO

Com a pandemia mundial causada pelo coronavírus (covid-19), as instituições e a

sociedade, de modo geral, têm se deparado com um novo cenário para atuação educacional. Na socioeducação, verifica-se uma grande dificuldade em trabalhar pedagogicamente com os jovens inseridos nesse meio, buscando novas abordagens para a convivência social e institucional, adequando as metodologias e práticas a serem adotadas nos locais que contam com jovens em situação de privação de liberdade. Tais premissas devem buscar sustentação no repensar os direitos inerentes aos jovens em face da atual situação pandêmica.

Conforme levantamento do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em 2019, o Brasil contava com 18.086 jovens em situação de privação de liberdade, distribuídos em 330 unidades de socioeducação. Referido estudo destacou que essas unidades totalizavam 16.161 vagas, mostrando a distorção entre o número de jovens e de vagas, que evidencia o principal impacto da pandemia no sistema socioeducativo — a superlotação. Consequentemente, essa distorção dificulta o atendimento às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde (MS) para a prevenção da covid-19, que compreende o distanciamento físico, a não aglomeração de pessoas e rotinas constantes de higienização. Registra-se, ainda, que o não cumprimento de tais medidas pode levar mais pessoas a óbito em decorrência da doença.

A Constituição Federal – no seu artigo 227 – garante ao jovem a PROTEÇÃO INTEGRAL, que deve ocorrer com adoção de providências dos três poderes e com PRIORIDADE ABSOLUTA, visto a importância do pleno desenvolvimento dos indivíduos, motivo pelo qual os ditames constitucionais servem de amparo e dão especial relevância à temática, complementada pelo ECA e SINASE.

A hipótese fática atual deve servir como fundamento para fortalecer a proteção ao jovem em situação e privação de liberdade, não como reforço para o caráter punitivo e segregação do jovem. A privação de liberdade com a aplicação de medida não pode se traduzir em mero punitivismo estatal e deve sempre visar a reinserção social.

O Conselho Nacional de Justiça em vista disto editou a Recomendação nº 62/20, tal normativa tenta dar um novo prisma de aplicação, com um (re)pensar crítico que se afasta do mero punitivismo e privação de liberdade em sede infracional.

Destarte, também, a Resolução nº 075/2020 da Secretaria da Justiça, Família e Trabalho, que disciplina as disposições do Decreto Estadual nº 4.230/2020, com a finalidade de instituir e adotar medidas e providências como Plano de Contingência de Prevenção ao contágio pelo vírus COVID-19, em seu artigo 17, inciso VI, determina que *os adolescentes que se encontrem em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade, podem durante o período de contingenciamento permanecer em suas casas diante da grave situação que se alastra pelo país com a disseminação do vírus*, como medida de prevenção e segurança.

Já o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), em consonância com a Resolução n.º 313 do Conselho Nacional de Justiça, de 19 de março de

2020, que estabeleceu critérios para uniformizar o funcionamento dos serviços judiciários, com o objetivo de prevenir o contágio pela covid-19 e garantir o acesso à justiça durante o período emergencial, recomendou a observação da resolução em comento, destacando em seu item 13 a possibilidade de revisão das medidas socioeducativas imputadas e sua progressão para o meio aberto, a suspensão das medidas junto aos grupos de riscos, dentre outros aspectos como garantir a comunicabilidade dos adolescentes com suas famílias, por meio remoto; a prática de medidas socioeducativas por meios digitais; a higienização do ambiente e o controle e informação ao estado sobre o cumprimento das medidas apontadas pela Resolução n.º 62/2020 do CNJ (BRASIL, 2020b).

Asseveramos que a posição do CNJ e do CONANDA é efetivamente uma predileção por medidas restritivas (meio aberto) ou o cumprimento de medida domiciliar, isso porque é reconhecido que o sistema socioeducativo no Brasil sofre com superlotação e estruturas precárias. Destaca-se que, mesmo que em alguns estados brasileiros não haja superlotação, o sistema socioeducativo não tem condições de evitar a propagação do coronavírus, dada a arquitetura das unidades socioeducativas, que conta com alojamentos próximos uns dos outros, quase sempre sem ventilação iluminação.

No mesmo sentido em âmbito estadual, no que tange o sistema de educacional do MT, medidas e fundamentadas na Proposta de parecer sobre reorganização dos calendários escolares e realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia da COVID-19” foi tomada afetando todas as modalidades de ensino, em colaboração com os municípios, de Ensino Médio, da Educação de Jovens e Adultos, da Educação Especial, da Educação do campo, quilombola e indígena, de povos tradicionais, assim como de especializadas como o Sistema Socioeducativo, Sistema penitenciário, Classes hospitalares e em Ambiente Hospitalar, Educação Integral, Atendimento aos Imigrantes, transformado no Parecer 5/2020-CNE/CP, de 28 de abril de 2020, pelo Conselho Nacional de Educação, tanto o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso (CEE-MT) quanto a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), resguardadas as especificidades locais, tomaram medidas no sentido de mitigar localmente a proposta de parecer emitida pelo CNE.

Nessa lógica, o Sistema Socioeducativo permanece com aulas off-line e em material impresso, semanalmente, para todos os jovens. Essa medida tem o objetivo de regulamentar normas a serem adotadas pelas instituições pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, enquanto perdurar a situação de pandemia pelo novo Coronavírus (COVID-19).

Nesse norte, a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP-MT), instituição responsável pela execução da medida socioeducativa em meio fechado no estado de Mato Grosso, mantém as restrições de entrada de pessoas com sintomas de gripe e de pessoas consideradas do grupo de risco. Também estão mantidas as suspensões de transferências de jovens entre Centros de Atendimento Socioeducativo e interestaduais, salvo casos excepcionais, devidamente autorizados pelo Superintendente de Administração

Socioeducativa; de atividades religiosas, assim como aquelas que requeiram acesso de pessoas externas, as quais promovam a realização de projetos sociais; de assistência cultural, assim como de realização de cursos e outras atividades coletivas que possam provocar a aglomeração de pessoas tanto para os adolescentes quanto para os servidores.

Estão proibidos o recebimento de jovens oriundos de outros estados e países. Também se encontra impossibilitado, no momento, o recebimento de alimentos e posterior entrega aos jovens. Outra limitação imposta refere-se à deliberação de que as unidades devem seguir a determinação de suspender as atividades presenciais escolares. Além disso, foi mantido o atendimento psicossocial individualizado a adolescentes privados de liberdade apenas em casos emergenciais ou urgentes, respeitando as recomendações do Ministério da Saúde quanto à prevenção do contágio por coronavírus, especialmente, a distância mínima e o ambiente ventilado.

Retomando as normativas do CNJ, verifica-se que elas recomenda que os CASEs devem manter atividades educacionais, físicas, lúdicas, de lazer, recreativas, bem como incentivar a leitura, trabalhos manuais, filmes, jogos, entre outros, em menor número de adolescentes, obedecendo às recomendações do Ministério da Saúde quanto ao combate da covid-19. Assim, necessário se faz encontrar soluções que garantam a continuidade e inclusão de novas práticas para atender ao processo socioeducacional desses jovens em situação de privação de liberdade.

4 | CAMINHOS METODOLÓGICOS

A opção metodológica assumida na investigação por nós realizada foi a abordagem qualitativa, ancorada nos pressupostos da pesquisa-ação. Buscou-se, a partir de um mergulho na práxis do grupo social em estudo, extrair as perspectivas latentes, para, então, iniciar um processo de negociação das mudanças a serem geridas no coletivo. Referida abordagem teve como base a ideia de uma relação dialética entre pesquisa e ação, supondo ainda que a pesquisa deva ter como função a transformação da realidade.

No que diz respeito aos meios de investigação, optamos pelo recurso metodológico da pesquisa-ação. A opção pela pesquisa-ação neste estudo deve-se, entre outras coisas, ao fato de esta forma metodológica permitir um processo de construção coletiva entre pesquisador e participantes. A esse respeito refere Thiollent (2011, p.20) que a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa “[...] realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação e do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”.

A pesquisa-ação pode ser considerada como um trabalho científico que possui dois objetivos, a ação e a pesquisa. “A ação para produzir mudanças em alguma comunidade, organização ou programa. Pesquisa para aumentar o entendimento por

parte do pesquisador ou pesquisado, ou ambos (e comumente alguma comunidade mais abrangente)” (DICK, 2003, p. 10). Assim, considera-se que a pesquisa-ação é uma forma de pesquisa que tem por objetivo propor transformações e elevar o nível de compreensão dos sujeitos participantes sobre o objeto que se investiga.

A pesquisa-ação, como método, agregou várias técnicas de pesquisa social. Para alcançar o objetivo proposto na pesquisa-ação, no sentido de estabelecer uma relação entre o conhecimento e ação, e destes com a realidade, utilizou-se como instrumentos da coleta de dados: a observação participante, as notas de campo e as rodas de conversa. Assim, os dados que constituíram o corpus deste estudo foram gerados durante as oficinas temáticas realizadas com cinco jovens, no período de dez dias consecutivos, no ano de 2017, motivo pelo qual passaremos a abordar sobre as oficinas, destacando, em especial, as situações apresentadas pelos cinco jovens.

5 | OUVINDO AS VOZES

A partir desse cenário, desenvolveu-se, no segundo semestre de 2017, no CASE Cuiabá–MT, oficinas temáticas como medidas socioeducativas, com base na pesquisa-ação. Trata-se de abordagens que relacionaram conhecimentos teóricos ao contexto vivido pelos jovens, envolvendo-os no processo de (re)construção do próprio conhecimento e levaram-nos a refletir sobre comportamentos e relacionamentos interpessoais.

Assim, as oficinas possibilitaram que as aprendizagens se tornassem úteis no cotidiano, a exemplo do encontro em que se propôs a leitura de *A turma da Mônica em: o Estatuto da Criança e do Adolescente*, levando os jovens a conhecerem sobre os direitos que lhe são assegurados, bem como seus deveres e responsabilização previstas pela não observância das normas, apresentando, ainda, reflexões sobre o futuro. Foram analisadas duas produções dos jovens Benji, Che, Guerreiro, Nick e Thor. Começamos transcrevendo o que constitui o nosso objeto de estudo:

No quinto e sexto encontros, após a leitura da revista em quadrinhos – *A turma da Mônica em: o Estatuto da Criança e do Adolescente*, autor Maurício de Sousa em parceria com a UNICEF, durante roda de conversa, os jovens responderam e apresentaram suas reflexões conforme a seguinte questão: Ser sujeito de direitos, o que é isso? Guerreiro, em sua fala, fez o seguinte destaque:

Eu entendi que todas as pessoas têm direitos também, têm deveres, os direitos não podem ser desrespeitados, se por acaso alguém não respeitar o direito do outro, deve receber um tipo de penalidade, aqui nossos não é respeitado. (Roda de conversa, Guerreiro, 05 /08/2017).

Esta proposição evidencia claramente o sentido e a percepção que ele tem a respeito da vida dele e de outras pessoas, tem consciência de que todas as pessoas, independentemente de gênero, cor, cultura, religião e classe social, são sujeitos de direitos;

consequentemente, têm deveres a cumprir em sociedade. Ainda na visão de Guerreiro, estar no CASE/Cuiabá é consequência dos seus atos, sustenta a ideia de que quem não respeita os direitos do outro recebe algum tipo de penalidade, para ele, não é problema passar um tempo lá, mas também não faz diferença positiva alguma. Ele deixa bem claro que os jovens têm seus direitos violados pela instituição.

Trata-se, assim, de compreender as dualidades experienciadas por Guerreiro, que cria e reproduz coalizões e estratégias de convivência coletiva, ao mesmo tempo em que também se angustia, sofre, desenvolvendo mecanismos de defesa ou até mesmo demonstrando manifestações de enfrentamento com relação às formas imediatas e gerais de relações de opressão no espaço de privação de liberdade. Freire (2005) afirma que há necessidade de, além de revisar o processo educativo antidemocrático, substituir tal atitude, estimulando a consciência transitivo-crítica por meio de um novo planejamento, neste caso, para o CASE/Cuiabá, a fim de que se possa desenvolver uma formação humanista.

Nick revelou aspectos interessantes sobre ser sujeito de direitos:

Entendi que todos nós somos sujeitos de direitos, tanto faz ser rico, pobre, preto ou branco, todas as pessoas têm seus direitos, mas também têm seus deveres. Para que a pessoa possa viver bem, ela tem que ter os seus direitos respeitados e respeitar os direitos das outras pessoas, estamos aqui por não respeitamos alguém, mas não temos os nossos direitos respeitados, só temos que respeitar. Lá fora, os manos do comando mandam respeito, se não dança, por isso temos que obedecer. (Roda de conversa, Nick, 05/08/2017).

Este jovem leva uma vida com significação peculiar, vive entre dois polos de instigação social (SPAGNOL, 2005). Por um lado, defronta-se com a opressão institucional que lhe cobra respeito, disciplina e obediência, por outro lado, depara-se com o mundo delituoso. É válido mencionar que o jovem tem plena consciência de que infringiu a lei, de que o respeito às regras da instituição são elementos primordiais para sua liberdade. Expressa sentimento de injustiça sob a alegação de ter os seus direitos violados.

Com base no pensamento de Freire (2005) e Costa (2001, p. 17), a educação só é eficaz na medida em que reconhece e respeita seus limites e exercita suas possibilidades. No caso da relação socioeducador e jovem, essa maneira de entender e agir implica a adoção de uma estrita disciplina de contenção e despojamento que corresponde, no plano conceitual, a uma dialética de proximidade e distanciamento; pois acreditamos que se faz necessária a franqueza na relação socioeducadores e jovens, porém, sem perdermos a lucidez. Abrir-se aos vínculos, sem confundir com intimidade. Da mesma forma, é importante exigir, mas sem a perda da ternura e da razão, especialmente no espaço de privação de liberdade que já carrega um estigma punitivo e hostil.

Benji destaca em sua fala a importância das normativas preconizadas pelo ECA:

Sujeito de direitos é porque toda pessoa tem direito, tem regras e deveres. O ECA, por exemplo, é um livro que fala dos direitos das crianças e adolescentes,

então as pessoas devem seguir o ECA, se não seguir está passando por cima dos direitos de todas crianças e adolescentes, só que na verdade isso não temos aqui, o socioeducativo não fala dos nossos direitos, só diz que erramos e que temos que pagar na tranca. (Roda de conversa, Benji, 05/08/2017).

O excerto acima revela que o jovem não só se vê como detentor de direitos. Reconhece que o ECA é um livro de ordenamento jurídico que tem como objetivo a proteção integral dos direitos do público infanto-juvenil. Observe-se que os sentidos das medidas socioeducativas configurados pelo jovem se expressam de duas formas: a medida socioeducativa de privação de liberdade é somente uma punição, a qual cumpre por ser obrigado, em função de um erro e/ou erros, ou ato/os infracional/ais. Reforça sua condição de infrator, contribuindo para sua permanência à margem da sociedade e impedindo que vislumbre um futuro diferente.

A partir do enunciado de Benji, é importante reconhecer a ambivalência do sentido da ação socioeducativa desenvolvida no CASE/Cuiabá. Nos documentos legais ECA e SINASE; a socioeducação é vista como uma política pública que tem por objetivo construir, junto dos jovens, novos e apropriados conceitos de vida, buscando o fortalecimento dos princípios éticos da vida social. Para tanto, parte-se do pressuposto de que a socioeducação é uma política que tem como proposta a educação para a vida em liberdade. Todavia, pode-se inferir que não há um canal aberto para a aproximação entre socioeducador e jovem, propícia à construção de processos educativos que rompam com as práticas de opressão, voltados para o desenvolvimento de uma educação humanista, libertadora e emancipadora, que assegure as transformações almejadas pelo processo socioeducativo.

A socioeducação refere-se a um movimento emancipador do sujeito que, para o educador Costa, deve estar articulado a um projeto sociopedagógico:

Em síntese, as ações educativas devem exercer uma influência edificante sobre a vida do adolescente, criando condições para que ele cumpra duas tarefas bem peculiares dessa fase de sua vida: I) plasmar sua identidade, buscando compreender-se e aceitar-se; II) construir seu projeto de vida, definindo e trilhando caminhos para assumir um lugar na sociedade, assumir um papel na dinâmica sociocomunitária em que está inserido. (COSTA, 2004, p. 71).

Thor apresenta algumas considerações sobre os sentidos dos direitos estabelecidos no ECA e sobre a medida socioeducativa:

Cara, o ECA fala dos nossos direitos, o problema é que ninguém respeita ele. O ECA fala que a criança e ao adolescente devem receber atendimento primeiro no posto de saúde, escola, casa, esporte e diversão; isso não acontece nunca. Aqui no Pomeri direitos são poucos, dever esse tem bastante, a gente tem direito de estudar, jogar bola, médico isso ainda acontece, mas às vezes até isso tem dia que a gente não tem. Outra coisa, no ECA fala que podemos reclamar, vai reclamar malandro, ninguém liga, os professores, o diretor da escola, as coordenadoras da escola, as técnicas ainda bate um

real, conversa com a gente entende a gente. Na real, os nossos direitos não são respeitados. (Roda de conversa, Thor, 05/08/2017).

Thor assevera que a privação dos direitos imposta a uma parte da população torna-se um dos condicionantes da sua fragilidade, frente às obrigações atribuídas às pessoas em sociedade, ou seja, a um Estado Democrático de Direitos. O não acesso a boas condições de saúde, a uma educação de qualidade, ao mínimo necessário à sobrevivência, à moradia adequada, lazer, esportes e cultura, entre outros espaços de socialização saudáveis e de 190 desenvolvimento humanos, torna-se fator determinante para a fragilização dos sujeitos em seu ambiente familiar, comunitário e social.

Ainda podemos analisar no excerto que, dentro das instituições que aplicam as medidas socioeducativas, é possível verificar a existência de diversas práticas irregulares e negligências. Muitas vezes, ferindo e negando os direitos de quem, apesar de qualquer atitude, jamais deixou de ser humano e de ser portador dos mesmos. É possível verificar que o jovem se reporta ao diretor, às coordenadoras e aos professores da escola e técnicas do CASE/Cuiabá com atenção especial, apontando a existência de uma relação pautada no acolhimento, afeto e confiança. Freire (1992) argumenta que a educação deve ser usada como ferramenta para a liberdade de transformação e conscientização. E essa prática de liberdade só poderá se estabelecer a partir do momento em que o oprimido tenha condições de redescobrir-se e perceber-se como um sujeito de sua própria destinação histórica.

Che faz as seguintes considerações:

Carinha, você bateu uma real, a gente é esse tal sujeitos de direitos, mas ninguém tá nem aí não, aqui nesse lugar socioeducativo, ninguém respeita o nosso direito, ninguém tá nem aí pra nós, por eles a gente fica só na tranca, sem aula, sem bola, sem nenhuma atividade, eles querem é bater o terror mesmo. (Roda de conversa, Che, 05 /08/2017).

Che conhece as regras e submete-se à justiça, apresentando uma clara noção de justiça retributiva, reconhece que é sujeito de direitos, entende que está sendo responsabilizado por um ato ilícito, o que resultou em uma sanção. Por outro lado, continua afirmando que é invisível como sujeito de direitos, uma vez que está em privação de liberdade. No enunciado de Che, verifica-se ausência de um projeto educativo direcionado para os jovens, sinalizando uma avaliação distorcida do propósito da medida socioeducativa e contribuindo para a perda de seu significado social e educativo.

Partindo da reflexão de Che, evidenciamos que a socioeducação se constitui uma política pública jurídico-sancionatória e sociopedagógica, ressaltando-se que esta última dimensão deve se sobrepor à primeira. Durante o processo socioeducativo, o jovem deve receber atendimento multidisciplinar, dando-se ênfase a sua escolarização, profissionalização e estímulo à convivência familiar e comunitária. Freire afirma (2005) que é nas reflexões que se oportunizarão transformações da realidade. Propõe ainda que a educação seja uma prática de liberdade, que leve as pessoas a refletirem sobre si mesmas,

sobre suas ações e sobre sua relação como indivíduo de uma sociedade.

A escuta das falas desses jovens revela ser frequente uma substituição do falar pela ação. Nos contatos informais mantidos com esses jovens, era corriqueiro ouvir que não havia nada a ser dito sobre suas vidas ou mesmo “falando ou não, nada vai mudar”. Essa situação vivida no cotidiano do trabalho com os jovens em situação de privação de liberdade fez-nos pensar se a dificuldade em usar a linguagem para expor seus pensamentos, desejos e expectativas não estaria relacionada com a situação de diversas formas de silenciamentos vividos.

Foi possível constatar que os jovens, mesmo vivendo situações semelhantes no contexto de privação de liberdade, têm uma compreensão da realidade vivida, do espaço inserido e dos processos educativos que ali ocorrem, na relação e convivência com outras pessoas, embora haja muitos pontos de convergências em suas falas.

6 | À GUIA DE CONCLUSÃO

Vivemos um momento em que se faz imprescindível a desconstrução das experiências danosas, reinventando-as, repensar o sistema socioeducativo é preciso e necessário. Entretanto, isso não significa a sua extinção ou agravamento. Não se pode pensar em uma sanção severa, por meio da privação de liberdade, para resolver o problema da criminalidade e violência em nosso país. A proposta não é incentivar a defesa de endurecimento do ECA, por exemplo, mas sim manter viva uma reflexão constante acerca da capacidade sociopedagógica que possui esse sistema.

As falas dos jovens evidenciam que o CASE/Cuiabá está ainda distante de promover sua função – reinserir os jovens em situação de privação de liberdade no conjunto social. Percebe-se que essas medidas passam a não ter eficácia, pois não são aplicadas de maneira adequada e isso se dá, também, devido ao despreparo da instituição e para a execução das mesmas. Os dados revelam que profissionais que atuam nesses espaços ainda precisam assumir o compromisso de ampliar a escuta e conceder voz aos jovens, abdicando das práticas de opressão e punição, promovendo oportunidades para a afetividade, o respeito e o diálogo.

Esse dever de desconstrução da punição e não aceitação é um ato de resistência e luta pela garantia dos direitos desses jovens. É crucial, porém, para a construção de políticas públicas sólidas e eficazes de atendimento socioeducativo, que se efetivem ações conjuntas envolvendo diversos atores como: Poder Executivo (federal, estadual e municipal), Poder Judiciário, Ministério Público e a sociedade civil, dando abertura ao princípio da incompletude institucional.

Dessa forma, em tempos de pandemia, tão importante quanto a responsabilização do jovem transgressor é assegurar-lhe direitos e garantias fundamentais, desde a fase de investigação/apuração dos fatos, com o devido respeito ao processo legal e condições

especiais da área infanto-juvenil, até o final da execução da medida. Para tanto, é essencial garantir a eficácia dos direitos do jovem que permaneceram em privação de liberdade durante todo o período da pandemia.

A socioeducação decorre da perspectiva de que o desenvolvimento humano deve se dar de forma integral, contemplando todas as dimensões do ser. É a opção por uma educação que vai além da escolar e profissional, uma educação humanizadora, libertadora e emancipadora, que valorize os sujeitos como construtores de seus conhecimentos, prevalecendo entre os pares uma relação dialógica. Esta ideia está intimamente associada a uma nova forma de pensar e abordar o trabalho com os jovens.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.069/1990. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Brasília/DF, 1990.

BRASIL. **Lei 12.594/2012. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)**. Brasília/DF: Casa Civil, 2012.

BRASIL. CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Orientação técnica para inspeção pelo Poder Judiciário dos espaços de privação de liberdade no contexto da pandemia**. 2020a.

BRASIL. CONANDA. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Recomendações do CONANDA para a proteção integral a crianças e adolescentes durante a pandemia do covid-19**. 2020b.

BRASIL. **CNE/CP. PARECER Nº 5/2020**, de 28 de abril de 2020 sobre reorganização dos calendários escolares e realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia da COVID-19. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/30-04-2020-19-39-cne-divulga-parecer-comorientacoes-sobre-a-reorganizacao-do-calendario-escola-atividades-pedagogicas-nao-presenciais-em-razao-da-pandemia-da-covid-19>. Acesso em 06 de novembro de 2020.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Pedagogia da Presença: da Solidão ao Encontro**. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

COSTA, A. C. G. **Os regimes de atendimento no estatuto da criança e do adolescente: perspectivas e desafios**. Secretaria Especial de Direitos Humanos. 2004.

DICK, Bob. Como conduzir e relatar a pesquisa-ação. In: Richardson, R. J. **Pesquisa-ação Princípios e Métodos**, João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano ; JULIAO, Elionaldo Fernandes. A educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas. **Educ. Real**. [online]. vol.38, n.1, p. 51- 69, 2013.

ONOFRE, E. M. C. Educação Escolar para Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 239-255, maio-ago, 2015.

MATO GROSSO. **Secretaria de Estado de Educação** (SEDUC). Aprendizagem Conectada. Disponível em: <http://www.aprendizagemconectada.mt.gov.br/ensino-fundamental>. Acesso em 06 de novembro 2020.

SPAGNOL, Antônio Sergio. **Jovens perdidos**: um estudo sobre os jovens delinquentes na cidade de São Paulo. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescência 2, 104, 135, 137, 138, 139, 140, 150

Aluno com TEA 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33

Aprendizagem 15, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 62, 73, 77, 78, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 106, 111, 112, 114, 115, 117, 121, 122, 124, 126, 130, 133, 143, 146, 153, 161, 162, 164, 166, 172, 173, 174, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 194, 195, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 228, 229, 230, 231

Artes 114, 115, 116, 117, 120, 121

Atividades lúdicas 33, 48, 50, 51, 52, 55, 56, 124

Atuação 6, 30, 31, 32, 35, 53, 54, 55, 79, 96, 138, 160, 161, 164, 166, 222, 228, 229, 230

Avaliação da aprendizagem 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 214, 220, 221

B

Brincadeiras 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 64

C

Competencias digitais 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 206

Crítica social 99

Cultura musical 99

D

Desempenho cognitivo 222, 223

Desvio postural 148

Diálogo 1, 4, 5, 13, 26, 67, 80, 95, 97, 122, 131, 135, 137, 138, 139, 144, 145, 172, 173, 179, 191

Didática fotográfica 114

Direitos humanos 5, 14, 74, 209

E

Educação 1, 3, 4, 5, 7, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 61, 62, 67, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 88, 89, 90, 91, 96, 97, 99, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 120, 121, 123, 125, 126, 130, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 209, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 220, 224, 229, 230, 231, 232

Educação básica regular 23, 25

Educação de jovens e adultos 7, 126, 168, 169, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 179, 182, 183

Educação especial 7, 29, 30, 33, 34, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 109, 111, 113, 159

Educação inclusiva 27, 34, 72, 73, 77, 108, 113

Educação infantil 29, 33, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 126, 151, 176, 194

Educação patrimonial 81, 89, 90

Educação popular 89, 168, 169, 173, 174, 183

Educação postural 148, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 157, 159

Educação sexual 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146

EFL 196, 203

Ensino 7, 15, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 92, 94, 95, 96, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 115, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 132, 133, 135, 137, 138, 141, 143, 146, 147, 148, 150, 151, 153, 154, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 182, 185, 187, 188, 189, 191, 193, 194, 196, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 221, 222, 223, 224, 231, 232

Escola 11, 12, 14, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 47, 48, 54, 55, 63, 69, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 86, 87, 90, 91, 92, 95, 96, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 117, 120, 121, 124, 125, 126, 128, 130, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 174, 178, 179, 180, 183, 184, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 213, 215, 216, 217, 218

Evolução 29, 35, 36, 39, 41, 42, 43, 66, 68, 85

Extensão 16, 17, 18, 20, 21, 51, 157, 174

F

Família 4, 6, 26, 42, 54, 74, 75, 78, 87, 129, 130, 135, 136, 137, 138, 144, 146, 212

Formação de professores 23, 29, 91, 94, 95, 96, 97, 194, 232

Fotografia 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123

G

Gestão democrática 160, 161, 163, 164, 166, 167

H

História 20, 43, 48, 49, 50, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 77, 81, 85, 87, 102, 104, 114, 116, 122, 127, 131, 137, 146, 169, 182, 186, 189

Histórias em quadrinhos 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

I

Identidade cultural 58, 59, 60, 137, 142

Inclusão 5, 8, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 108, 109, 110, 113, 143, 144, 151, 163, 172, 175, 176

Intervenção 31, 43, 137, 148, 150, 155, 156, 169, 182, 213, 225

J

Jogos 8, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57

Jovens em restrição e privação de liberdade 1, 5

L

Letramento 124, 126, 127, 132, 133, 134, 232

Livro didático 58, 59, 60, 66

M

Mediação 42, 46, 49, 51, 52, 78, 97, 101, 102, 107, 185, 186, 189, 220

Mídias digitais 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 130

O

Observatório 16, 17, 18, 19, 20, 21

P

Pandemia 1, 2, 3, 5, 6, 7, 13, 14, 18, 21, 35, 36, 40, 42, 43, 44, 151

Pesquisa 1, 3, 8, 9, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 25, 27, 34, 35, 36, 45, 46, 47, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 69, 70, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 107, 109, 124, 125, 126, 127, 129, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 141, 142, 145, 148, 150, 151, 152, 153, 156, 157, 159, 191, 194, 224, 232

Pink Floyd 99, 100, 102, 103, 104, 105, 107

Políticas públicas 2, 3, 5, 13, 16, 18, 20, 21, 26, 28, 39, 61, 71, 72, 76, 79, 143, 167, 168, 180

Povos indígenas 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68

Práticas pedagógicas 23, 24, 25, 26, 27, 33, 34, 42, 113, 124, 133, 135, 136, 145, 146, 185, 186, 216

Processos de leitura 124

Professor especialista 222, 223, 225, 226, 227, 229

S

Sensibilização 122, 148

Sexualidade 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147

Síndrome de down 71, 72, 74, 76, 79, 80

Sociedade 1, 2, 4, 6, 10, 11, 12, 13, 20, 28, 29, 35, 36, 37, 38, 39, 43, 46, 55, 59, 61, 62, 69, 72, 73, 75, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 114, 118, 122, 123, 125, 129, 130, 132, 136, 137, 142, 143, 149, 163, 164, 166, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 186, 191, 192, 193, 212

Socioeducação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11, 12, 14

T

Tecnologia 16, 17, 19, 23, 25, 38, 39, 43, 68, 99, 111

TEFL 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204

TIC 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205

Trabalho pedagógico 20, 91, 92, 96

Transtorno do espectro autista (TEA) 23, 24, 25, 33

Z

Zona de desenvolvimento proximal (ZDP) 185, 192



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2021



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2021